

DIVERSIDADE NA INFÂNCIA: SUAS TRAJETÓRIAS E LEIS

DIVERSITY IN CHILDHOOD: ITS TRAJECTORIES AND LAWS

Elisangela Mariano Ferreira COSTA¹

Jaqueline Aparecida Martins ZARBATO²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo fomentar a discussão e compreensão sobre a legislação educacional, de âmbito nacional, sobre questões étnicas e raciais, com a abordagem da Lei 10.639/03, que é discutida e se reverbera nas práticas educativas contemporâneas da primeira infância. Para tanto, nos valem dos referenciais teóricos dos seguintes teóricos e teóricas: Cavalleiro (2018), Munanga (2005), Kramer (2000), Áriès (1981), Nogueira (2012), Sarmento (2009), Qvortrup (2010), Nunes (2015). A fim de refletir as razões pelas quais o racismo ainda prevalece no âmbito escolar, além de trazer questões historiográficas sobre a infância, que poderão se valer para as propostas de tratamentos dignos para as crianças presentes no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação na Infância, Relações étnicas e raciais, Lei 10.639/03.

Abstract: The present paper aims to analyze academic texts and relate them to reports of experiences and teaching practices that happen in school routine. With the specific purpose of promoting discussion and understanding of educational legislation, at national level, on ethnic and racial issues, with the approach of Law 10.639 / 03, which is discussed and reverberated in contemporary educational practices from early childhood. Then, we use the theoretical frameworks studied during the Sociology of Childhood discipline, such as the following theoretical and theoretical: Cavalleiro (2018), Munanga (2005), Kramer (2000), Áriès (1981), Nogueira (2012), Sarmento (2009), Qvortrup (2010), Nunes (2015). In order to reflect the reasons why racism still prevails in the school environment. In order to reflect the reasons why racism still prevails in the school environment, besides bringing up historiographical issues about childhood, which may be of value for the proposals of dignified treatment for the children present in the school environment.

Keywords: Childhood Education, Ethnic and racial relations, Law 10.639/03.

1 Introdução

O presente artigo buscará refletir e problematizar a maneira como as práticas educativas ocorrem no trabalho cotidiano da escola e visibilizam a questão étnico e racial na relação adulto (professor), criança (aluno) e criança (criança). Alguns relatos de

¹ Mestranda em Educação pela UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande – MS – Brasil. E-mail: elismfc18@gmail.com

² Doutora pela UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Doutora em História pela Unicamp. Professora adjunta na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e professora no Programa de Pós-Graduação em Educação/CPTL e no Profhistória/UFMT. Cuiabá – MT – Brasil. E-mail: jaqueline.zarbato@gmail.com

experiências e observações no campo da educação nos remete a repensarmos ações como educadores para refletirmos até que ponto oportunizamos as nossas crianças ao direito a voz. Sobre esta questão, Nunes salienta que

[...] ao incluir as questões étnico – raciais com crianças, questionam-se noções de neutralidade e de universalidade presentes nas ciências humanas e destaca-se o debate sobre infância de uma perspectiva que amplia olhares, buscando novas formas de compreender realidades (NUNES, 2015, p. 413).

Assim, temos a hipótese de que existam desigualdade e discriminação na construção das relações educacionais que permeiam a primeira infância e desdobram-se em práticas pedagógicas homogeneizadoras, vinculadas à valorização de apenas uma cultura; situação que esfacela o direito da criança durante a construção de sua identidade – uma vez que não a oportuniza e representa-se como ser singular naquele espaço.

Neste viés, pode-se dizer que estas ações do âmbito educacional submete o aluno a uma padronização social e convencional, eurocentrada, dando margem ao racismo silenciado que ainda se faz presente e é transposto no cotidiano das crianças, a partir de estruturas ainda preexistentes nas instituições escolares. Para tanto, valemo-nos de teórico e metodologicamente de autores como: Cavalleiro (2018), Munanga (2005), Kramer (2000), Áriès (1981), Nogueira (2012), Sarmiento (2009), Qvortrup (2010), Nunes (2015), a fim de refletir as razões pelas quais o racismo ainda prevalece no âmbito escolar.

2 Contexto histórico da educação na infância e Sociologia

Na atual conjuntura do século XXI podemos afirmar que nossas crianças são protagonistas do meio social. De não visibilizadas, passaram a ser o centro de toda atenção com suas especificidades, identidade própria e histórica. No entanto, isso nem sempre foi assim, precisou ser historicamente construída ao longo do tempo. Durante os estudos de Philippe Ariès (1981), intitulado “História social da criança e da família”, verifica-se o desenvolvimento das argumentações do autor, apresentando os vínculos particulares que ligavam crianças e adultos nos períodos moderno e pré-moderno.

Os elementos constituintes da sociedade medieval mostram a separação entre o mundo infantil e o adulto, bem como o processo simultâneo de separação do espaço familiar em relação ao universo social mais abrangente.

Durante a Idade Média e início da Idade Moderna não se falava ou pensava na criança, muito menos em infância. O que existia eram crianças tendo que se adaptar e

aprender a viver no mundo dos adultos. Suas roupas, o modo de se portar, era semelhante a eles, sendo que desde pequenas também já trabalhavam.

As crianças vestidas de adultos em miniatura, eram violadas e esfaceladas cruelmente. Tratadas de forma cruel do que animais, eram mantidas veladas, silenciadas, escamoteadas em sua solidão e sofrimento. Não se via um olhar para protegê-la ou mesmo zelar pela sua integridade moral e física, não havia espaço neste contexto para padrões morais.

Como supracitado anteriormente, a sociedade não visibilizava a infância ou mesmo permitia que sua representatividade e singularidade permeasse ela. Para Ariès (2011), até o Renascimento não se nutria afeto, importância ou mesmo vínculo de sentimento com a criança, sendo estas consideradas como apêndice do universo feminino. Não havia inserção ou mesmo discurso de fala para a criança como sujeito com identidade própria. A história da educação infantil é muito recente, devido a poucos relatos, uma vez que era “irrelevante” na sociedade.

Não existia o conceito de infância, “(...) a criança era vista como um adulto em escala reduzida, sua educação e cuidados eram de responsabilidade da mãe. (...) mal adquiria algum embaraço físico, era misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos” (ÁRIES, 1978, p. 11).

Segundo Ione Nogueira:

[...] nem sempre ao longo da história o sentimento em relação a infância foi o mesmo. Ariès (1981) nos mostra que a trajetória do sentimento de infância desde a Idade Média passou por diversas fases, até que o indivíduo compreendesse de maneira efetiva as diferenças entre a vida adulta e a infância, e essas alterações influenciaram os comportamentos posteriores. O sentimento de infância foi um conceito gradualmente construído nas consciências, bem como o conceito família e de afetividade entre seus integrantes, e tal fato não poderia deixar de trazer consequências ao tratamento dado a criança que por muito tempo foram consideradas pessoas menores, que merecessem menos atenção, ou que dela não precisassem por se encontrarem na mesma esfera que os adultos (NOGUEIRA, 2012, p. 7).

Não se preservavam a integridade ou mesmo a fragilidades que as crianças traziam em sua estatura, só recebiam cuidados necessários no início de suas vidas, porque ainda não eram capazes. Diferiam do adulto somente na capacidade laboral, pois se dava ênfase ao seu desenvolvimento físico para enfrentar a vida adulta. Esta concepção perdurou no Brasil colonial até praticamente a República, assim, pode-se afirmar, infelizmente, que no

Brasil os maus tratos e a falta de escolarização para com as crianças perduraram por mais tempo que em outros países.

A educação na infância chega tardiamente no Brasil, no período de colônia a criança é desassistida, desrespeitada em sua integridade por todo tipo de violência. No entanto, parte da sua história foi velada, e o que temos de conhecimento nos causa indignação, tamanhas atrocidades a que eram acometidos esses pequenos.

A história da infância brasileira inicia-se através de poucos relatos, um dos problemas que acompanha o estudo no Brasil é a falta de relatos sobre a trajetória das crianças, principalmente as pobres, negras e as poucas narrativas que foram deixadas a esse respeito não são provenientes nem daqueles que as experimentaram, nem de suas famílias, mas das instituições oficiais, fato que pode levar a uma visão retorcida da realidade (DEL PRIORE, 2000; MARCILIO, 1998; VENANCIO, 1999; RIZZINI, 2007, *apud* NOGUEIRA 2012, p. 8).

A trajetória das crianças no Brasil data da colonização, das viagens marítimas onde muitas delas, sem pais, eram exploradas ao máximo nas viagens e, no continente, serviam como mão de obra. Muitas vinham de Portugal, sendo “vendidas” por seus pais, que eram de famílias carentes ou até mesmo raptadas, principalmente da população judaica. Relatos de abusos eram comuns. Com tais fatos é possível entrever que a história da infância em território brasileiro se iniciou de forma “cruel”, muito longe de se respeitar qualquer fase ou limite. Independente da etnia que pertencesse, as crianças (sendo brancas e pobres, negras ou indígenas) eram exploradas, conforme relatos da época.

Nos direcionando sobre a infância das crianças negras, filhos de escravizados, existem bem menos relatos, pois viviam nas senzalas em condições sub-humanas e cuidadas pelos mais velhos, na maioria das vezes, já que as mães voltavam a trabalhar. Com alimentação insuficiente, eram acometidas de doenças de todo o tipo. Já os indígenas foram sendo dizimados para expansão do território da colônia. A pouca educação para os nativos partiu dos jesuítas, com a finalidade, em muitas situações, de impor os costumes europeus.

Como supracitado, a infância destas crianças brancas e negras nunca existiu, pois tiveram suas vidas violadas física e moralmente pelos colonizadores, sem nenhum apreço. “Somente em meados do século XIX, que a infância passa a ser vista como uma questão de Estado e a escola eleita como uma das principais instituições que deveriam auxiliar no cuidado dessa questão” (NOGUEIRA, 2012, p. 29).

No final do século XIX ocorre a abolição da escravidão do Brasil e, com isso, uma grande parcela de crianças negras e suas famílias foram praticamente “largadas”, sem nenhuma compensação, após 400 anos de exploração direta. Naquele cenário, os negros também enfileiravam a classe pobre, à margem da sociedade.

Com o fim da monarquia e início da república, a criança passou a ser tratada de uma forma diferente. Deixou de ter caráter de caridade e passou, no momento, a significar cuidado com a infância. Tal fato era garantia da ordem e paz social, sendo o ato uma atitude de projeção de qualidade para a sociedade futura. Daí surge a obrigatoriedade dos pais ou responsáveis dar instrução aos filhos, com isso, a escola ganha sua importância.

A escola, nesse sentido, se apresenta como “unidade de referência civilizatória” que ajudará a produzir novos valores e atitudes” (C. F. VEIGA, 2007, p. 44, *apud* NOGUEIRA, 2012, p. 30). No início do século XX ocorre a industrialização tardia do Brasil, e já pujante na Europa. Com ela, muitas crianças continuaram sendo exploradas, sem infância, servindo como mão de obra barata. Com isso, neste período, as instituições filantrópicas surgem com o objetivo de proteção, ao corpo da criança. A educação pública surge nesta fase.

Como nos confirma Sarmiento (2004), a infância surge com instâncias públicas de socialização, ou seja, categoria institucionalizada na conjunção de vários fatores. Um fator a ser destacado refere-se à criação de instâncias públicas de socialização, seguido pela transformação do modelo de família para um formato nuclear, também a formação de um conjunto de saberes normativos e, completando, a administração simbólica da infância por meio de regras e instituições.

Assim, para manter os preceitos de ordem, regras, temos a escola, que não nascera inicialmente para as crianças, tornou-se um espaço privilegiado de sociabilidade infantil e de preparação para o novo mundo que surgia. A construção de uma ideia de infância padrão com procedimentos de controle para se manter a normatização e a “segurança”.

A partir do século XVIII e XIX, emergia-se a filosofia com Jean Jacques Rousseau, criticando a educação da época:

(...) que “os mais sábios se prendem ao que aos homens importa saber, sem considerar o que as crianças estão em condições de aprender. Procuram sempre o homem na criança, sem pensar no que ela é antes de ser homem”. Dessa forma, a obra rompe com concepções que tratavam à criança como um adulto em miniatura, exigindo-lhes que tivessem os mesmos comportamentos dos adultos, não considerando seu desenvolvimento, seus interesses e necessidades (ROUSSEAU, 2014, p. 9).

O autor nos traz a obra de Emilio, riquíssima, que nos leva a refletir sobre a luz da educação na primeira infância, enfatizando que a educação do homem começava com seu nascimento, pois desde que nasce, esse pequeno ser já é afetado pelo ambiente e também pelos que estão ao seu redor. Neste sentido, o autor fala de uma educação integral, incluindo a infância em suas várias fases de desenvolvimento, sobretudo cognitivo. Pensava na infância com leveza, naturalidade onde a criança pudesse ter a liberdade de aprender, experienciar no seu tempo, sendo respeitada em cada fase.

A Sociologia da Infância se desenvolveu de forma expressiva nas últimas décadas, impulsionada pela realidade contemporânea que demonstra uma “atenção especial” a essa categoria geracional, jamais vista em outros períodos históricos. Desta maneira, se tornou imprescindível a inversão de como olhá-la.

Conforme Ferreira (2002), ao assumirmos a autonomia conceitual ou a criança como categoria social, acabamos defendendo que suas culturas e relações sociais são dignas de serem estudadas nelas mesmas, no presente, a partir das próprias vozes das crianças. Esta preocupação tem se traduzido em modos diferentes de construir sociologicamente a infância, tanto do ponto de vista teórico como metodológico.

Jens Qvortrup, sociólogo dinamarquês e pesquisador da infância conceitua-a como uma categoria social permanente dentro da estrutura social vigente. A Infância seria uma categoria presente e permanente no cerne da estrutura social, sendo que as crianças, enquanto grupo, possuem uma identidade comum, ou seja, uma forma estrutural particular que se delineia por meio das características individuais das crianças, em suas demandas comuns.

Imanados por essa concepção mais abrangente e qualitativa de infância – uma forma estrutural – é possível compará-la a outras formas de estratificação social. Isso permite identificar as características comuns às crianças e então evitar confundir suas condições de vida com as condições de vida de seus pais (QVORTRUP, 1993, p. 5, *apud* DIAS, 2012, p. 71).

3 Questões étnicas e raciais no contexto da infância

Iniciamos este momento seguindo as discussões propostas por Sonia Kramer (2000) quando esta faz indagações visando assinalar para sociedade o quão importante é assegurar os direitos da criança em suas determinadas culturas. Segundo a autora,

De que modo as pessoas percebem as crianças? Qual é o papel social da infância na sociedade moderna? Que valor é atribuído à criança por pessoas de diferentes classes e grupos sociais? Qual o significado de ser criança nas diferentes culturas? Como trabalhar com crianças pequenas de maneira a considerar seu contexto de origem, seu desenvolvimento e o acesso aos conhecimentos, direito social de todos? Como assegurar que a educação cumpra seu papel social diante da heterogeneidade das populações infantis e das contradições da sociedade? (KRAMER, 2019, p. 2).

O que inquieta a autora é a urgência de se educar contra a barbárie que veicula o racismo estrutural, sempre presente na história do meio social brasileiro. Para ela, é importante analisar o conceito de infância e a nossa maneira de encarar e conhecer a nossa população infantil, como cidadãs, expondo os desafios que precisam ser enfrentados neste século pelas políticas de educação, formação cultural, direitos das crianças.

Neste século cresceu o esforço pelo conhecimento da criança em vários campos, desde a noção de infância na sociedade moderna, a partir da publicação do estudo de Áries (1970), que segundo Kramer (2019), a inserção da criança em seus papéis varia de acordo com a organização social, ações que demonstram atuações por parte da administração pública.

Mas o grande assombro para a educação infantil nestas últimas décadas, como no início deste século, é educar em meio à barbárie. O progresso tecnológico em várias áreas não suprimiu da humanidade os “(...) crimes cometidos contra a vida – sejam eles de ordem política, étnica, religiosa, social, sexual – na origem dos genocídios: a dificuldade de aceitar que somos feitos de pluralidade, que somos constituídos na diferença” (KRAMER, 2019, p. 6).

Para direcionar a educação em nossa sociedade se torna imprescindível traçarmos caminhos que levem a ações e discussões educativas contra intolerância, injustiça e desigualdades, bem como edificar a aceitação cultural e diversa que permeia nosso contexto histórico. Como afirma Kramer (2019), é preciso construir uma educação fundada na aceitação do outro com suas diferenças de cultura, etnia, religião, gênero, classe social, idade etc. Combater a desigualdade e educar contra a barbárie, que implica uma ética, exigindo uma perspectiva de formação cultural que assegure a experiência crítica.

Experiência a qual demonstra que o passado não precisava ser como foi, que o presente pode ser diferente do que é e o futuro pode mudar a direção daquilo que parece inevitável. “É difícil aceitar que a barbárie é presente e que é urgente educar contra ela,

reconhecer a opressão e resistir à utopia de uma sociedade sem discriminação de nenhuma espécie, sem exclusão e eliminação” (KRAMER, 2019, p. 7).

A temática racial ainda é desafio para a sociedade brasileira, não diferente no interior das escolas, a influência do eurocentrismo ainda está presente em muitos discursos disseminados em nossa sociedade. Onde os negros são vistos como inferiores, o que ainda orienta as ações dentro e fora da escola.

Na perspectiva de Kramer, de educação contra a barbárie, é possível a correlação com a obra de Adorno (1995) “Educação para emancipação”, onde define que a organização social em que vivemos é heterônoma³, e que ninguém pode nela viver por suas próprias ideias.

Neste sentido, para Adorno a emancipação só pode ocorrer pela educação, mas uma educação política, que desenvolva nos cidadãos uma consciência de que todos tendem a serem enganados de modo permanentemente, com isso, todos desenvolveriam uma crítica imanente⁴ da sociedade.

Para que “Auschwitz⁵ não se repita”. Qualquer debate sobre educação e seus métodos, para Adorno deve partir deste princípio, senão perde o sentido, não merece importância (ADORNO, 1995, p. 119). Nesta afirmação, fica claro que não é possível existir um tipo de educação em que tamanha barbárie possa ser ensinada, e o pior, aceita, como ocorreu na Alemanha nazista.

Segundo Adorno, Freud em “O Mal Estar na Cultura” e “Psicologia de Massas e Análise do Eu” relaciona o porquê a civilização, por seu turno, origina e fortalece o que é anticivilizatório. “Se a barbárie se encontra no próprio processo civilizatório, então pretender se opor a isso tem algo de despertador” (ADORNO, 1995, p. 120).

Quando voltamos os olhos para a perspectiva nacional, constatamos que em nosso país o racismo ainda ocorre no interior das escolas de forma velada. No entanto, as lutas dos movimentos negros e sociais culminaram em algumas ações afirmativas como a implementação da Lei 10.639/03, que regulamenta a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos básicos das escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental e Médio do território brasileiro, trazendo a temática para discussão no ambiente escolar.

³ Que se submete à vontade de outros.

⁴ Que faz parte de maneira inseparável da essência de um ser ou de um objeto; inerente.

⁵ Refere-se ao campo de concentração, hoje Museu, localizado na Alemanha nazista.

Neste sentido, de acordo com as DCNEI – Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, a criança é um:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 12).

Com esta definição das DCNEI, observa-se que a criança negra, que recebe menos atenção dos profissionais da educação, ou discriminação principalmente dos colegas em idade hábil, em virtude de sua origem étnico-racial (CAVALLEIRO, 2018), não vê sua cultura e sua história materializada no espaço escolar através dos livros, brinquedos e brincadeiras, experimentará um processo de desenraizamento, que poderá provocar profundas marcas na construção de sua autoimagem, e ainda prejudicar a trajetória educacional e até mesmo sua vida futura.

4 Transformações contra o preconceito

Não há dúvidas de que é necessário que haja mudanças nas instituições a fim de que seja erradicada de vez as questões que não colaboram para uma educação mais inclusiva. Neste sentido, o pesquisador Kabengele Munanga, indica que a transformação preliminar contra o preconceito e o racismo começa pela cabeça dos educadores:

Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que conseqüentemente exige várias frentes de batalha, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira (MUNANGA, 2005, p. 17).

Para Munanga a mudança educacional e, conseqüentemente social, tem no professor um papel preliminar, propulsor para uma sociedade mais justa e sem preconceito, com igualdade, sem eurocentrismo que ainda permeiam o modelo social vigente. Com isso, a Lei 10.639/03 abriu um leque de oportunidades para que isso aconteça, iniciando pelo ambiente escolar, espaço privilegiado para esta transformação, por seu caráter sistemático, constante e obrigatório. Com isso, a primeira barreira a ser transposta está nos docentes, que estando livres de preconceitos, oriundos de sua formação social e familiar, serão multiplicadores dos objetivos desta lei.

Após implementação da lei supracitada, diversos trabalhos têm sido elaborados no sentido de analisar a sua eficácia. A análise de algumas destas pesquisas se faz necessário, como forma de subsídio, demonstrando visões sob óticas diversas, necessárias para um bom entendimento da problemática em questão, passados 16 anos da entrada em vigor desta legislação.

5 Considerações finais

Qualquer estudo sobre a infância deve levar em consideração os problemas enfrentados pela nossa existência em sociedade, seja no que tange à política, questões étnicas e também econômicas. Se a criança, como define Qvortrup (2010) é uma categoria social permanente na estrutura social, sendo segundo o mesmo, óbvio que todos desejamos protegê-las dos piores efeitos da política e economia. Mas as crianças são parte do projeto de construção do futuro, e privá-las de participar parece, segundo Qvortrup, irrealista.

É necessário a participação da criança, até o limite de seu entendimento, mas é preciso para construir o futuro, educar contra a barbárie, como define Kramer (2019, p. 07): “[...] creio que o nosso maior objetivo é construir uma educação fundada no reconhecimento do outro e suas diferenças de cultura, etnia, religião, gênero, classe social, idade”. Combater as desigualdades, combater a opressão, lutar por políticas públicas efetivas para a infância. Mas, antes disso, que se cumpra o que diz a constituição, que garante a educação como um direito fundamental, bem como saúde e moradia. Para termos um futuro, é preciso cuidar do presente, da infância agora.

Seguindo os dizeres de Adorno, de que “O sentido de cultura como formação cultural e entendendo a experiência formativa como sendo necessariamente crítica, de indignação, resistência e emancipação” (ADORNO, 1995, *apud* KRAMER, 2019, p. 10), percebe-se que há uma necessidade de emancipação do ser humano. Na perspectiva de Adorno, a educação deve promover simultaneamente, autonomia, racionalidade e possibilidade de ir além da mera absorção dos conhecimentos, sendo necessário também uma educação política na infância, que pode levar à emancipação.

Pensando na escola como espaço de conhecimento, ainda nos vemos e reconhecemos que somos uma instituição disciplinadora e normatizadora, e como tal, normatiza os comportamentos, os relacionamentos entre os gêneros, classe, etnia, sem reconhecer as especificidades de diferentes grupos.

A educação infantil, como parte das Políticas Públicas, só desponta no século XX, tardia e ainda em transformação, diante dos contextos políticos, sociais e econômicos. Por isso, é imprescindível que o processo educativo leve em conta que a infância precisa ter como horizonte a humanização e resgate da experiência, para que crianças e jovens possam ler o mundo, escrever a história, expressar-se, criar, mudar, para que se reconheçam e se consolidem.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 28 nov. 2019.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 28 nov. 2019.
- CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar, racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 6 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- DIAS, Sabrina da C. A emergência da Sociologia da Infância: rupturas conceituais no campo da Sociologia e os paradoxos da Infância na contemporaneidade. *Revista Acadêmica de Educação do ISE Vera Cruz*. ISSN 2236-5729. Disponível em: <file:///D:/Geral%20PC/Downloads/79-269-2-PB.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- KRAMER, Sônia. *Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie*. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/23857/16830>. Acesso em: 16 nov. 2019.
- MUNANGA. Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada e Diversidade, 2005.
- NOGUEIRA, Ione da Silva C.; SANTOS, Valdeci Luiz F. *Políticas Públicas para a Educação no Brasil Infância, Conselhos de Educação e Formação de Educadores*. Curitiba: Editora CRV, 2012.
- QVORTRUP, Jens. *Infância e política*. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.141, p.777-792, set./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000300006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 16 nov. 2019.